



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Maior justiça e protecção dos direitos e interesses dos candidatos e revisão do mecanismo de verificação do *background* no âmbito laboral**

Ao longo destes anos, recebi muitas queixas de trabalhadores das empresas do jogo, queixando-se de que não conseguem voltar a trabalhar no sector depois de terem sido despedidos e, recentemente, voltei a receber pedidos de apoio sobre a mesma questão. É de salientar que, ao longo dos anos, apresentei várias interpelações sobre o mecanismo de verificação de antecedentes, vulgarmente designado por “lista negra de emprego”, mas o Governo tem vindo a afirmar que não existe em Macau uma “lista negra de emprego”, bem como salientou que, nos termos da Lei n.º 8/2005 - Lei da Protecção de Dados Pessoais, o tratamento dos dados pessoais depende do consentimento inequívoco da pessoa em causa. No entanto, algumas empresas exigem que os candidatos ao emprego dêem o seu consentimento e assinem o respectivo termo para a verificação do seu *background*, caso contrário, não conseguem o emprego.

No entanto, muitos casos revelaram que este mecanismo de verificação de antecedentes é injusto e não é transparente, pois não se consegue verificar se os dados fornecidos pelas ex-empresas são verdadeiros, e os candidatos também não conseguem nem têm mecanismos para recorrer dos resultados da verificação, portanto, as entidades recrutadoras dificilmente conseguem fazer uma avaliação justa dos candidatos. Muitas pessoas que vieram pedir ajuda afirmaram que só



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

cometeram erros de menor importância ou até foram despedidas sem justa causa, porém, não conseguem voltar a trabalhar no sector.

Segundo a Lei das relações de trabalho, todos os residentes gozam, sem discriminação, das mesmas oportunidades de emprego e, segundo o Regime da qualificação profissional dos assistentes sociais, o Regime da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde e a Lei da actividade de mediação de seguros, as limitações profissionais têm de ser reguladas por lei. A verificação do *background* tem grande impacto para as pessoas que estão a procurar emprego, especialmente, quando envolve as concessionárias do jogo, pois estas são o sector predominante de Macau, portanto, se o respectivo mecanismo for pouco transparente e não for regulado, isso reduz significativamente o leque de escolha de emprego dos trabalhadores.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Se o mecanismo de verificação de antecedentes for utilizado de forma inadequada vai prejudicar os direitos e interesses dos candidatos no acesso ao emprego. Com vista a salvaguardar os direitos e interesses dos residentes no acesso ao emprego, o Governo vai proceder a uma investigação e adoptar medidas para regulamentar esta matéria?
2. O Governo deve fiscalizar a imparcialidade e a transparência do mecanismo de verificação de *background* efectuado pelas empresas, bem como regular



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

as matérias relacionadas com o tratamento dos dados dos candidatos a emprego, para que estes não sejam prejudicados de forma injusta na procura de um novo emprego. Vai fazê-lo?

18 de Outubro de 2024

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Leong Sun lok**